



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125481 - PA (2020/0079334-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : JHONNILSON CARVALHO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : RONALDO FERREIRA MARINHO - PA018225
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CORRÉU : HENRIQUE WALLACE DA SILVA MOREIRA
CORRÉU : REGIS JEORGE BRAZ RIBEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Jhonnilson Carvalho dos Santos** – preso preventivamente pela prática, em tese, dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas – contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Pará, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Uruara/PA (Autos n. 0006747-34.2019.8.14.0066).

Alega o recorrente, em síntese, constrangimento ilegal consistente em nulidade da decisão que recebeu a denúncia, ao argumento de ausência de fundamentação para a rejeição das teses defensivas.

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso, a fim de que seja suspenso o trâmite da ação penal, até o julgamento do mérito.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente como no caso, em se tratando de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto este Superior Tribunal possui entendimento pacificado no sentido de que o recebimento da denúncia prescinde de fundamentação complexa, em decorrência de sua natureza interlocutória (HC n. 172.925/SC, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma,

DJe 5/2/2016).

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau para que informe acerca do atual andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator